



Número: **0800237-46.2019.8.18.0167**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Sudeste Anexo I CEUT**

Última distribuição : **24/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.750,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIENE MARIA RODRIGUES (AUTOR)		WELLHINGTON PAULO DA SILVA OLIVEIRA FILHO (ADVOGADO) ALAIRTON BARROSO CASTEDO NUNES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8324324	12/02/2020 09:55	Citação	Citação
6888040	24/10/2019 20:30	Petição Inicial	Petição Inicial
6888296	24/10/2019 20:30	rg e cpf eliene	Documentos
6888298	24/10/2019 20:30	procuração eliene	Procuração
6888299	24/10/2019 20:30	prontuario 2 eliene	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6888301	24/10/2019 20:30	b.o eliene	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6888303	24/10/2019 20:30	negativa dpvat Elaine-	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6888304	24/10/2019 20:30	prontuario 1 eliene	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6888306	24/10/2019 20:30	registro samu eliene	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA JECC TERESINA SUDESTE ANEXO I CEUT DA COMARCA DE TERESINA
Avenida dos Expedicionários, 790, - lado par, São João, TERESINA - PI - CEP: 64046-700

PROCESSO Nº 0800237-46.2019.8.18.0167
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
ASSUNTO: [Seguro]
AUTOR: ELIENE MARIA RODRIGUES
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

(Conforme Provimento 20/2014 da CGJ/PI)

QUALIFICAÇÃO DA PARTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Rua Senador Dantas, 74, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

FINALIDADE: CITAÇÃO da parte requerida, acima qualificada, de todo conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, e INTIMAÇÃO para comparecer na Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento na sede deste Fórum no endereço acima indicado.

DATA DA AUDIÊNCIA: 23/09/2020 10:00.

ADVERTÊNCIAS: 1. O réu deverá indicar o seu desinteresse na autocomposição por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (§ 5º, Art. 334 do Novo CPC). 2. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (§8º, Art. 334 do Novo CPC). 3. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (§9º, Art. 334 do Novo CPC).

ANEXOS: Cópia do inteiro teor da petição inicial e despacho.

12 de fevereiro de 2020.

GILDINHA MARIA DA SILVA

Secretaria da JECC Teresina Sudeste Anexo I CEUT



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI

ELIENE MARIA RODRIGUES, brasileira, solteira, enfermeira, inscrita no CPF/MF sob número: 022.845.283-0 e Registro Geral sob o N.º: 2.681.749, residente e domiciliada à Rua Santa Vitoria, 7008, Alto Ressureição, Teresina-PI, por seu procurador signatário (DOC. ANEXO), recebendo intimações e correspondências na Rua Simplicio Mendes, 666, cetrol/sul, email: alairtonbarroso_@hotmail.com vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA

em face de: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO **DPVAT** S.A., pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, encontra-se desempregada, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, o benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do **NCPC**, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante o acesso à justiça. Para comprovação da situação narrada, junta-se aos autos, para apreciação de Vossa Excelência, cópia da carteira de trabalho da requerente.

II. DOS FATOS:



A parte autora no dia 01/04/2019, conforme consta no registro de ocorrência policial, (DOC. ANEXO) sofreu acidente de trânsito do tipo colisão, estando na situação de passageira de um dos veículos envolvidos. Do evento, restou a demandante com acentuadas lesões corporais, inclusive, advindo do acidente.

Posteriormente ao fato, a requerente foi encaminhada para atendimento médico, sendo diagnosticado que a mesma sofrera fratura exposta, com múltiplas escoriações, fraturas das diáfises distais do rádio e da ulna, fratura- avulsão do processo estilóide ulnar, osteopenia por desuso, aumento de volume das partes moles do antebraço.

Ademais, necessitou a segurada, em virtude da fratura sofrida, passar por procedimento cirúrgico para a fratura do punho, conforme se demonstra documentalmente, com a colocação de:

-placas metálicas e parafusos metálicos;

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, restou a requerente com acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar a mão, pegar algo, seja qual for o tamanho do objeto, praticar algum exercício físico, trabalhar, tornaram-se, verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

A parte autora sofreu grave fratura no membro superior, passou por delicado procedimento cirúrgico, recomendando-se posteriormente a realização de fisioterapia e afastamento das atividades habituais por prazo considerável.

Após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou a demandante com considerável limitação física, que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada a retomar as suas atividades normais, encontra-se debilitada, sente dores, não movimenta o punho com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, prejuízos esses que acompanham a requerente até os dias atuais, e, possivelmente. lhe acompanharão por toda a vida. Portanto, por questão de Justiça e respeito à previsão legal, a segurada buscou amparo através de pedido de indenização **DPVAT** junto à SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO **DPVAT**, tendo feito seu requerimento através de Antônio Floriano de Sousa.

Desta forma, ocorrido o acidente de trânsito, sofrendo a parte autora lesões, no caso em tela, comprovadamente com caráter de invalidez permanente, faz jus a mesma ao recebimento de indenização do seguro **DPVAT/INVALIDEZ**.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, conforme já mencionado, a autora encaminhou seu pedido à SEGURADORA LÍDER, juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), a requerente teve seu pedido autuado com o número: 3190451808..



Certa do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré. Tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pela autora e com a invalidez permanente que esta adquiriu. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, a requerente recebeu o valor de R\$ 371,00 (Trezentos e setenta e um reais).

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida pela autora. A demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.

Conforme se demonstra Excelência, a segurada, por ora autora, juntou ao seu pedido administrativo para recebimento da indenização do seguro [DPVAT](#), certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo, solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, pois injustificadamente, a demandada efetuou o pagamento de um valor muito aquém do que deveria, não havendo outra forma da demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº [6.194](#), de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta, a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro [DPVAT](#), comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei [6.194](#)/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – [DPVAT](#). Posteriormente, a Lei [8.441](#)/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torna-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:



O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro **DPVAT**, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O **DPVAT** oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro **DPVAT** é a Seguradora Líder-**DPVAT**, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro **DPVAT**. O diretor presidente da Seguradora Líder-**DPVAT**, Ricardo Xavier, explica que o procedimento para o recebimento do seguro pelas vítimas de trânsito é simples e alerta para o fato de que não é necessário intermediário para dar entrada no pedido de indenização. “Ninguém melhor que o próprio cidadão para preservar seus direitos. Há seguradoras em todo o Brasil para receber as vítimas de trânsito. Basta apresentar os documentos na seguradora escolhida no prazo de três anos a contar da data da ocorrência do acidente,” afirma.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte ou Reembolso de Despesas Médicas e Hospitalares é de 3 anos a contar da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro **DPVAT** são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro **DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.



Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. **DPVAT**. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório **DPVAT**. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (**DPVAT**). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório **DPVAT**. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. **DPVAT**. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório **DPVAT**. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro **DPVAT**. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando a demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito da mesma ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474: “A indenização do seguro **DPVAT**, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

(art. 3o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Percentual

Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico da Perda

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental com

alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre

deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)

comprometimento de função vital ou autonômica Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais

Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores

das Perdas

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou

de uma das mãos 70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés

50

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo

Polegar



25

Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da

Mão

10

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais

Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais

das Perdas

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou

50

da visão de um olho

Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral

25

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

10

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei [6.194/74](#), merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro [DPVAT](#) à parte autora, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente Ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:

4.1. nos termos da Lei [1.060/50](#) e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

4.2. Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta



Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

4.3. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para:

4.3.1. Seja declarada devida à parte autora o pagamento da complementação de indenização correspondente ao seguro **DPVAT** – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre;

4.4.2. Condenar a demandada ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro **DPVAT**, com atualização monetária desde o evento danoso. Sendo que a diferença do valor pago administrativamente para o valor que efetivamente deveria ter sido pago, deve ser quantificado, levando-se em consideração a perícia médica a ser realizada, com posterior enquadramento na tabela de danos segmentares constante no artigo 3º da Lei 6.194/74;

4.4.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

5. Requer ainda, a produção de todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ - 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais)

Respeitosamente, Espera Deferimento.

Teresina (PI), 19 de outubro de 2019.

ALAIRTON BARROSO CASTEDO NUNES

Advogado OAB/PI nº 8682.



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

2.681.749

DATA DE
EXPEDIÇÃO

12/04/05

NOME

ELIENE MARIA RODRIGUES

FILIAÇÃO

MARIA DO CARMO DE JESUS RODRIGUES
EDIMAR MANOEL RODRIGUES

NATURALIDADE

MONSENHOR HIPOLITO-PI

DATA DE NASCIMENTO

30/06/1987

DOC ORIGEM

CERT.NASC. 8684 L IV-A F 24
EXP MONSENHOR HIPOLITO 18/07/92

CPF

022.845.283-09

Forito Criminal

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Scanned by CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS



Elisete Maria Rodrigues
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Scanned by CamScanner





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

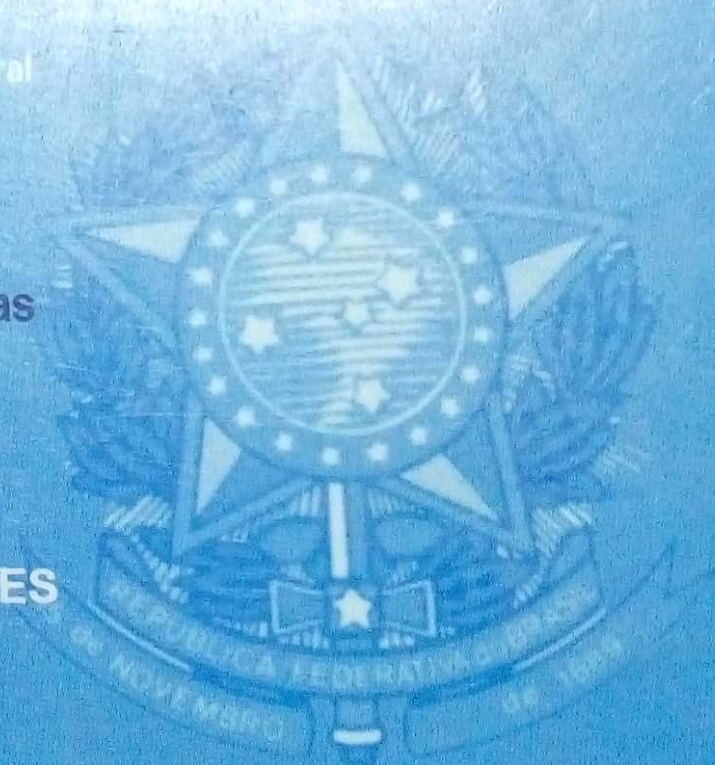
022.845.283-09

Nome

ELIENE MARIA RODRIGUES

Nascimento

30/06/1987



Alairton Barroso Castêdo Nunes

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

Eliene Maria Rodrigues, brasileira, solteira, inscrita no RG. N° 2681.749, CPF: 022.845.293-0, residente e domiciliada na Rua Santa Vitória, 7008, Aldeia da Península, Teresina - PI.

nomeia e constitui por este instrumento particular de procuração seus bastantes procuradores.

OUTORGADOS: Dr. ALAIRTON BARROSO CASTÊDO NUNES, brasileiro, advogado, inscrito na OAB-PI sob o nº 8.682, e BRUNA TAMARA OLIVEIRA SANTOS, brasileira, advogada, inscrita na OAB-PI sob o nº 16.365, com escritório profissional na Rua Simpício Mendes, nº 666, Bairro Centro, Teresina/PI / Rua Epifânio Jeritana, Bairro Santa Fé, Centro, nº 255, Pedro II – PI, CEP: 64.001-060, Fone (86) 99931-5821, e-mail: alairtonbarroso_@hotmail.com onde recebe intimações de estilo.

OBJETO: Representar o(s) outorgante(s), promovendo a defesa dos direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal ou Repartição Pública

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: PROPOR em face de _____, inscrita no CNPJ/CPF sob nº _____, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, propor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes para, em nome do outorgante, **receber citação**, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV, ALVARÁS e quaisquer quantias a que o outorgante tenha direito, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15.

Teresina-PI, 01 de Setembro de 2019.

Eliene Maria Rodrigues.
Outorgante

Rua Simpício Mendes, nº 666, Bairro Centro, Teresina/PI / Rua Epifânio Jeritana, Bairro Santa Fé Centro, nº 255, Pedro II - Piauí, E-mail: alairtonbarroso_@hotmail.com Fone (86) 99931-5821.

Scanned by CamScanner



med
imagem

Nome: ELIENE MARIA RODRIGUES
Dt. Nasc: 30/06/1987 Idade: 31 anos Sexo: Feminino RG: 2681749 SSP PI
CPF: 02284528309
Médico Solicitante: Charles de Oliveira Luz
Atendimento: 3185452 Prescrição: 2491292
Data: 21/05/2019 15:19:07

RX DIGITAL DO ANTEBRAÇO ESQUERDO (02 INC.)

ACHADOS:

Fraturas das diáfises distais do rádio e da ulna, fixadas com placa e parafusos metálicos.
Fratura-avulsão do processo estilóide ulnar.
Osteopenia por desuso.
Interlinhas e superfícies articulares: íntegras.
Aumento de volume das partes moles do antebraço.

CONCLUSÃO:

- 1.FRATURAS DAS DIÁFISES DISTAIS DO RÁDIO E DA ULNA, FIXADAS COM PLACA E PARAFUSOS METÁLICOS;
- 2.FRATURA-AVULSÃO DO PROCESSO ESTILOIDE ULNAR;
- 3.OSTEOPENIA POR DESUSO;
- 4.AUMENTO DE VOLUME DAS PARTES MOLES DO ANTEBRAÇO;
- 5.Ausência de outras anormalidades detectáveis pelo método.



Nilson Rodrigues

Dr. Nilson Rodrigues Santos Filho Rua Paissandu, 1862 - Teresina - Piauí

Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner





ESQ.

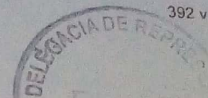
Scanned by CamScanner





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

392 v. 1.0



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.001742/2019-39

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 10/05/2019 - 09:01

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Data/Hora

01/04/2019 - 11:20

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Bairro

NOIVOS

Endereço

AV. JOÃO XXIII, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

DEPOIS DA PONTE J.K.

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ELIENE MARIA RODRIGUES

RG: 2681749 PI

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

Mãe: MARIA DO CARMO DE JESUS RODRIGUES

Endereço: RUA SANTA VITORIA, Nº 7008

Bairro: GURUPI

Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

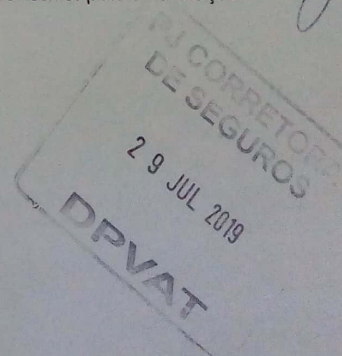
RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA QUE CONDUZIA A MOTO DE SUA PROPRIEDADE, MARCA HONDA/CG 150 FAN ESDI, PLACA PIK-5246-PI, COR VERMELHA, RENAVAM 01061595118, E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, SENTIDO CENTRO/LESTE, QUANDO UM AUTOMÓVEL DE PLACA NÃO IDENTIFICADA, QUE TRAFEGAVA NO MESMO SENTIDO, INVADIU A PISTA DE TRÁFEGO DA MOTO, PROVOCANDO A COLISÃO. FOI SOCORRIDA PELA AMBULANCIA DO PRONTOMED. (PRONT. 206.637) DECLARAÇÕES DA NOTICIANTE.

P10: Francisco Lebre Carlos
Almiralce Ribeiro Lebre Carlos - Mat. 0097616
AGENTE DE POLÍCIA

ELIENE MARIA RODRIGUES - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



emitido em: 24/06/2019 15:37 - SisBO@2011-2019 ATI

Scanned by CamScanner





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190451808

Vítima: ELIENE MARIA RODRIGUES

Data do Acidente: 01/04/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANTONIO FLORIANO DE SOUSA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ELIENE MARIA RODRIGUES

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00483/00484 - carta_04 - INVALIDEZ

00020242



Carta nº 14656938



prontomed

PRONTOMED ADULTO
Prescrição Eletrônica Paciente



2975276

Paciente	ELIENE MARIA RODRIGUES	Atendimento	2.975.276	Prontuário	206.637
Nascimento:	30/06/1987 31a 9m 2d	Convênio	HUMANA SAUDE / APARTAMENTO		
Data Entrada:	01/04/2019 12:43:59	Liberação	01/04/2019 13:02:40	Prescrição	2329911
Médico Resp	Dr. Vinicius Ribeiro Dias (CRM 6840)	Data Prescr.	01/04/2019 13:01:00		
Prescritor	Vinicius Ribeiro Dias (CRM 6840)	Validade	01/04/2019 13:01:00 / 02/04/2019 12:59:59		
Guia	5075491	Matric. Conv.	074044874	Senha	5075491

Diretor Técnico Médico:

Data evolução Liberação

01/04/2019 12:56 01/04 13:01

EVOLUÇÃO MEDICO PA

Diagnóstico: V289

Anamnese / Quadro Clínico:

Paciente 31 anos, sem comorbidades prévias, trazida por ambulancia em pancha rigida e colar cervical. Relato de Acidente motociclistico (Moto vs Carro) há mais ou menos 1 hora. Com Múltiplas escoriações em face e com imobilização em MSE a nível de punho com curativo com exsudato sanguinolento, possibilidade de fratura exposta.

nega alergias

A. Vias aereas permeas, colar cervical bem posicionado

B. MV + sem RA, eupneica, sem dor torácica à palpação, boa saturação.

C. Pulso forte bilateral, extremidades bem perfundidas, TEC < 3. Sangramento discreto em punho esquerdo.

D. GSV: 15, sem déficits neurológicos.

E. Escoriações em MMII, face, abdomen inocente, sem outros achados.

CD: Solicito TC de Crânio/cervical.

Rx de Tórax, lombossacra, punho esquerdo, pelve,

COOPERADORA
DE SEGUROS
29 JUL 2019
DPVAT

Medicamentos	Dose / Intervalo / Via	Horários
1 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL) Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL Administrar 12 Mililitros (Agora. Intravenosa) Observação:	1 Ampola Agora. IV	13:02 <i>Carmem</i>
2 Profenid Iv Fr 100mg Inj. Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml) Administrar 100 Mililitros (Agora. Intravenosa) em 20 minutos Observação:	1 Frasco-ampola Agora.	13:02 <i>Carmem</i>
3 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml) Administrar 500 Mililitros (Agora. Intravenosa) Observação:	1 Frasco Agora. IV	13:02 <i>Carmem</i>
Procedimentos/Serviços/Exames	Qtd / Intervalo	Material
1 RX Tórax - 1 Incidência	Agora.	
2 RX Coluna Lombo-Sacra -3 Incidências	Agora.	
3 RX Punho Lado: Esquerdo	Agora.	
4 RX Antebraço Lado: Esquerdo	Agora.	
5 RX Bacia	Agora.	
6 TC Coluna Cervical Ou Dorsal Ou Lombar	Agora.	
7 TC Crânio Ou Sela Túrsica Ou Órbitas	Agora.	

Dr. Vinicius Ribeiro Dias
CRM 6840

Processo em 01/04/2019 13:02:54

Página 1

Pronto Atendimento - PMA

VINICIUSR / VINICIUS
EMERGENCIA

Scanned by CamScanner



PRONTOMED ADULTO



2976448

prontomed

FICHA DE ATENDIMENTO

Internação: 2976448 Dt Internação: 01/04/19 15:24:56 Setor: Sala de Espera - PMA
Paciente: ELIENE MARIA RODRIGUES Quarto: ESPERA 01
Nascimento: 30/06/87 31a 9m 2d Sexo: Acomodação: Apartamento privativo
Estado Civil: Fone Pac.: 999650609 Diária:
Convênio: HUMANA SAUDE Matricula: 0740.4487.4
R.G/C.N.: 268.174.9 CPF: 022.845.283-09
Endereço: AV VITOR DA ROCHA MATA, 6796 ALTO DA RESSURREIÇÃO TERESINA PI
Nome da Mãe: MARIA DO CARMO DE JESUS RODRIGUES Nome do Pai: EDIMAR MANOEL RODRIGUES
Procedimento: 30720117 - Fratura Viciosamente Consolidada De Antebraço - Tratamento Cirúrgico
Procedimento: 30101530 - Extensos Ferimentos, Cicatrizes Ou Tumores - Exérese E Emprego De
Responsável: Funcionário: BARBARAG
Endereço: CPF:
Nascimento: 30/06/1987 Doc. Resp.: Observações: CX. DE PEQUENOS FRAGMENTOS
Fone Resp.: Tratamento: Cirurgica
Médico Resp.: Dr. Charles de Oliveira Luz (CRM 5131)

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO DO PACIENTE

Considerando o artigo 59 do Código de Ética Médica e os artigos 6º III e 39 VI da Lei 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), que garante ao paciente informações sobre seu estado de saúde, eu, _____, representante legal do (a) paciente **Elene Maria Rodrigues**, estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, declaro para os devidos fins que fui previamente informado pelo médico, Dr. (a) Charles de Oliveira Luz (CRM 5131) - PI, do meu, ou do paciente o qual sou responsável, estado de saúde, diagnóstico e evolução provável da doença.

Declaro, igualmente, ter sido informado de forma clara sobre a finalidade, os benefícios e os riscos do tratamento e procedimentos a que vou me submeter ou a que vai ser submetido o paciente do qual sou responsável, bem como os efeitos colaterais e outras intercorrências e anormalidades que poderão advir do mesmo.

Procedimentos: **Extensos Ferimentos, Cicatrizes Ou Tumores - Exérese E Emprego De Retalhos Cutâneos Ou Musculares C; Fratura Viciosamente Consolidada De Antebraço - Tratamento Cirúrgico**

(Exemplos: Procedimentos invasivos e/ou cirurgia; Sedação, anestesia ou acompanhamento do anestesista; Transfusão de sangue e hemocomponentes.)

Declaro, ainda, estar ciente de que o tratamento a ser adotado não implica necessariamente na cura e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o(a) médico(a) a modificar condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a) desde já a tomar providências necessárias para tentar solucionar os problemas surgidos, seguindo seu julgamento, bem como uso de hemoderivados e transporte inter hospitalar se houver necessidade.

Ademais, ainda, informo estar ciente de que o Hospital não responde por qualquer objeto e/ ou valores dos pacientes e acompanhantes, tendo em vista que todos os apartamentos possuem sua própria chave, sendo, pois, de sua inteira responsabilidade.

Assim sendo, concordo com o referido tratamento e, para tanto, assino o presente documento na presença de testemunhas. No caso de no futuro tornar-me incapaz de tomar decisões sobre minha saúde, indico como meu representante _____, com documento de identidade nº _____

Teresina, 1 de abril de 2019.

João Henrique Rodrigues Bezerra
Assinatura do paciente ou responsável legal
RG nº: _____

Declaro para os fins que se fizerem necessários que todos os documentos que me foram solicitados no momento da autorização dos procedimentos hospitalares realizados no Hospital me foram prontamente devolvidos.

João Henrique Rodrigues Bezerra
ASS. DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL



Descrição Cirurgia

Paciente ELIENE MARIA RODRIGUES

Prontuário 206637

Dt. Nascto. 30/06/1987 31

Sexo Feminino

Telefone 999650609

Carácter Cir. Eletiva

Setor Centro Cirúrgico 01 - PMA

Convênio HUMANA SAUDE

Observação

Proced Princ. 30720117 Fratura Viciosamente Consolidada De Antebraço - Tratamento Cirúrgico

Cirurgia 54.397

Prescrição 2.330.597

Atendimento 2.976.448

Dt. Início 01/04/2019 17:05

Duração 116

Cirurgião Charles de Oliveira Luz

Anestesista

Anestesia Bloqueio

Dt. Término 01/04/2019 19:01

Procedimento: 30101530 - Extensos Ferimentos, Cicatrizes Ou Tumores - Exérese E Emprego De Retalhos Cutâneos Quantidade: 1

Função	Descrição	Código	Participante	CRM	Observação	Assinatura
2	Cirurgião Principal	6398	Charles de Oliveira Luz	5131		Dr. Samuel Machado Martins
3	Primeiro Auxiliar	91299	Samuel Machado Martins	4530		Dr. Samuel Machado Martins
5	Anestesista	548443	Graziela Christina Rosa Lima	7116		Dr. Graziela Lima
6	Instrumentador	109187	IVANETE BARBOSA DOS SANTOS	372940		Dr. Graziela Lima
7	Circulante	109238	MARIA DO AMPARO SILVA DA	989003		Charles de O. Luz

Procedimento: 30720117 - Fratura Viciosamente Consolidada De Antebraço - Tratamento Cirúrgico Quantidade: 1

Função	Descrição	Código	Participante	CRM	Observação	Assinatura
2	Cirurgião Principal	6398	Charles de Oliveira Luz	5131		Dr. Samuel Machado Martins
3	Primeiro Auxiliar	91299	Samuel Machado Martins	4530		Dr. Samuel Machado Martins
5	Anestesista	548443	Graziela Christina Rosa Lima	7116		Dr. Graziela Lima
6	Instrumentador	109187	IVANETE BARBOSA DOS SANTOS	372940		Dr. Graziela Lima
7	Circulante	109238	MARIA DO AMPARO SILVA DA	989003		Charles de O. Luz

Diagnóstico Pré-Operatório

Resumo Cirurgia

Diagnóstico Pós-Operatório

Exame Radiológico

Exame Anatomopatológico

Achados operatórios

Cirurgia

- 1-paciente em ddh sob bloqueio de plexo
- 2-asepsia e antissepsia
- 3-campos estereis
- 4-via de acesso+osteossintese de radio
- 5-via de acesso+osteossintese de ulna
- 6-limpeza exaustiva com sf
- 7-sutura de extenso ferimento de area de exposição
- 8-curativo esteril
- 9-rpa

Seq. Tipo Tempo

Qt. Minuto Observação

Impresso em: 01/04/2019 19:10:28

Página 1

CHARLLESO

CATE435

CONSUMO DE MATERIAL EM SALA CIRÚRGICA

Paciente **ELIENE MARIA RODRIGUES**
 Data Nascto 30/06/1987
 Idade 31 anos
 Sexo Feminino
 Convênio HUMANA SAUDE
 Cód usuário 074044874
 Atendimento 2976448
 Prontuário 206637

Dt. Entrada 01/04/2019
 Setor Centro Cirúrgico 01 - PMA
 Cir Realizada Fratura Viciosamente Consolidada De Antebraço
 Cirurgião Charles de Oliveira Luz
 Anestesista Graziela Christina Rosa Lima
 Início cirurgia 01/04/2019 17:05:00
 Fim cirurgia 01/04/2019 19:01:20
 Cirurgia 54397

Função	Participantes	Código prof
Anestesista	Participante	
Anestesista	Graziela Christina Rosa Lima	7116
Circulante	Graziela Christina Rosa Lima	7116
Circulante	MARIA DO AMPARO SILVA	989003
Cirurgião Principal	MARIA DO AMPARO SILVA	989003
Cirurgião Principal	Charles de Oliveira Luz	5131
Instrumentador	Charles de Oliveira Luz	5131
Instrumentador	IVANETE BARBOSA DOS	372940
Primeiro Auxiliar	IVANETE BARBOSA DOS	372940
Primeiro Auxiliar	Samuel Machado Martins	4530
Primeiro Auxiliar	Samuel Machado Martins	4530
Tipo curativo	Topografia	Tamanho

Equipamento	Quantidade	Profissional	Observação
Bisturi Elétrico - PMA	1	MARIA DO AMPARO SILVA DA CRUZ	
Carro de anestesia - PMA	1		
Monitor cardíaco - PMA	1		
Oxigênio - PMA	1		
Perfurador Elétrico - PMA	1		
Stimuplex - PMA	1		

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
01/04/2019 17:15	01/04 17:51	Técnico de			MARIA DO AMPARO	COREN 989003
PACIENTE ADMITIDA NA S.O PARA TRATAMENTO CIRURGICO COM DR. CHARLLES PARA FRATURA DE PUNHO VEIO DE MACA CONSCIENTE ORIENTADA E COM PRONTUÁRIO SEM EXAMES FOI REALIZADO ANESTESIA BLOQUEIO DE PLEXO + SEDAÇÃO PELA DRA. GRAZIELE NEGA ALERGIA MEDICAMENTA SEGUE EM PROCEDIMENTO CIRURGICO						
01/04/2019 19:05	01/04 19:06	Técnico de			MARIA DO AMPARO	COREN 989003
AO TERMINO DO PROCEDIMENTO ENCAMINHADO A SRPA NOO POI DE FRATURA DE PUNHO SEGUE COM SEU PRONTUÁRIO COMPLETO E SEM EXAMES SEGUE SOB CUIDADOS DE						
01/04/2019 19:10	01/04 21:07	Técnico de			MARIA DO SOCORRO	COREN 260036
Pcte admitida na srpa após realizar procedimento cirurgico acima citado segue em hidratação venosa sob cuidados.						
01/04/2019 22:20	01/04 22:29	Técnico de			MARIA DO SOCORRO	COREN 260036
Pcte recuperada encaminhada para o RX em seguida para o apartamento com prontuario completo.						

Início	Evento	Profissional	Código prof
17:00	Chegada do paciente no (Centro Cirúrgico)	MARIA DO AMPARO SILVA	989003
17:05	Entrada do paciente na sala cirúrgica	MARIA DO AMPARO SILVA	989003
17:10	Início da Anestesia	MARIA DO AMPARO SILVA	989003
17:15	Início do procedimento cirúrgico	MARIA DO AMPARO SILVA	989003
19:01	Fim do procedimento cirúrgico	MARIA DO AMPARO SILVA	989003
19:10	Término da anestesia	MARIA DO SOCORRO DE	260036
19:15	Encaminhamento p/ SRPA	MARIA DO SOCORRO DE	260036
22:20	Saída do Setor CC	MARIA DO SOCORRO DE	260036

Procedimento	Médico	Porte	Qt d	Classificação	Lado
Extensos Ferimentos, Cicatrizes Ou			1		

Scanned by CamScanner





Estado do Piauí

Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMUSAMU
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital	
	10 Endereço	11 Bairro	12 Município-UF	Código IBGE	
Local da Ocorrência	13 Ponto de referência				
	14 Nome				
Dados do Paciente	15 Sexo	16 Idade			
	17 Indícios de Ingestão de bebida alcoólica?	18 Tipo de ocorrência			
Tipo de Ocorrência	19 Vítima				
	20 Meio de locomoção				
Acidente de Transporte	21 Outra parte envolvida				
	22 Equipamentos de segurança				
Exame Físico	23 Glasgow =				
	24 Sinais Vitais				
Assistência	25 Local da lesão				
	26 Pupilas				
Hospital de Destino	27 Pulso				
	28 Sangramento				
Observações Interdisciplinar	29 Dor				
	30 Fratura				
Responsável pela recepção	31 Procedimentos realizados				
	32 Hospital de Destino				
33 Condições de entrada					
34 Óbito					
35 Observações Interdisciplinar					
36 Responsável pela recepção					
37 Socorristas					
38 Médico					
39 Enfermeiro					
40 Condutor					

Versão: 27.11.2011

Scanned by CamScanner